

28 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Defensoria do Paraná 'perde' R\$ 95 mi no orçamento de 2016

"Em 2014 eles gastaram algo em torno de R\$ 32 mi. Esse ano a expectativa é em torno de R\$ 42 mi."

Mauro Ricardo Costa, secretário estadual da Fazenda.

De acordo com as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do ano que vem, área terá R\$ 45 mi, e não mais R\$ 140 mi

Kelli Kadanus

O governo do Paraná pretende destinar R\$ 45 milhões para a Defensoria Pública do Estado em 2016. O valor é menor que o previsto para 2015, de R\$ 140 milhões. A informação foi publicada nesta segunda-feira (27) no Diário Oficial do estado, e faz parte das diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016.

"É mais do que suficiente. Lembrando que em 2014 eles gastaram algo em torno de R\$ 32 milhões. Esse ano a expectativa é no máximo em torno de R\$ 42 milhões", disse o secretário de estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa. "O orçamento de R\$ 140 milhões que estavam previstos na LDO anterior é um recurso exagerado

para a Defensoria e não condiz com a realidade financeira do estado", completou.

Em janeiro deste ano, a Defensoria precisou de uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a execução do orçamento previsto de R\$ 140 milhões. O governo pretendia remanejar R\$ 90 milhões do orçamento para outras áreas. A **Gazeta do Povo** tentou entrar em contato com a Defensoria Pública do Paraná, mas ninguém foi localizado.

Repasses

Apesar de diminuir o orçamento da Defensoria, o estado vai garantir os mesmos percentuais de repasse para o Legislativo, Judiciário e Ministério Público. Uma saída cogitada para aliviar as contas do estado foi a retirada do Fundo de Participação dos Estados (FPE) da conta do repasse aos demais poderes.

Reportagem da **Gazeta do Povo** de maio deste ano mostrou que o Paraná é o segundo estado do Sul e Sudeste do país que mais destina recursos do

orçamento para os outros poderes. A tentativa de retirar o FPE da conta traria um alívio de cerca de R\$ 1,5 bilhão ao ano para o Paraná, mas falta vontade política para alterar a fórmula do repasse.

"Em dezembro do ano passado foi encaminhado [pelo governo para a Assembleia Legislativa] um projeto de lei nesse sentido e não foi aprovado. Esse ano alguns parlamentares fizeram a emenda e depois retiraram a emenda [que tratava da exclusão do FPE da conta]. Então é dar murro em ponta de faca [a tentativa de aprovar a proposta]", disse Costa.

CONTINUA

28 JUL 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Precatórios

No Diário Oficial desta segunda, o governo também aponta uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) como fator que pode afetar o equilíbrio das contas públicas. Trata-se de uma decisão que obriga o estado a realizar o pagamento dos precatórios até 2020. Os precatórios, por lei, são repasses que todo mês o governo deve fazer ao Judiciário para quitar dívidas reconhecidas pela Justiça.

Apesar de ser tratada como risco para o equilíbrio das contas, a decisão do STF não incomoda Mauro Ricardo. “Hoje nós pagamos 2% da nossa receita corrente líquida com precatórios. O STF estabeleceu que o prazo para pagamento de precatórios se esgotará em 2020. Mantido o atual estoque e o fluxo de precatórios no mesmo nível, a gente consegue terminar isso em 2020, a não ser que apareça algum precatório extraordinário de valor absurdo que comprometa significativamente o pagamento”, disse.

28 JUL 2015

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Briga pública

A Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) e o prefeito de Rio Branco do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, Cezar Gilbran Johnsson (PSC), trocaram farpas publicamente. O político usou sua conta pessoal no Facebook para dizer que o juiz Marcelo Teixeira Augusto havia sido afastado dos processos que o envolvem por ter "Interesses pessoais", sem dar mais detalhes. Já a Amapar emitiu nota em defesa do magistrado, afirmando, entre outras coisas, que o "Ministério Público do Paraná ajuizou 43 ações de improbidade administrativa, nas quais cerca de 80 pessoas são acusadas de desvio de dinheiro público, (algo perto de R\$ 17 milhões, segundo o MP). O prefeito do Rio Branco, senhor Cezar Gilbran Johnsson, é réu em 9 ações de improbidade administrativa."

91%

dos Executivos e Legislativos municipais do estado são alvos de inquéritos civis abertos pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) para acompanhar a adequação dos portais da transparência das prefeituras e câmaras de vereadores. Ao todo, são 729 inquéritos, de um total possível de 798.

ENTRELINHAS

Reflexões sobre o ódio

O jurista Friedmann Wendpap coordena nesta terça-feira (28) o primeiro Ciclo de Reuniões Abertas Educação, Gênero e Diversidade Sexual, organizado pela OAB Paraná. "Reflexões sobre o ódio" é o tema desta edição do ciclo, que terá a participação do professor Roberto Romano. O objetivo é debater quais os limites e as consequências do "discurso de ódio paupado, aparentemente, em dogmas religiosos, fanatismo fundamentalista e radicalismo político", segundo Sandra Barinski, presidente da Comissão de Estudos sobre Violência de Gênero (Cevige) da OAB. A iniciativa é uma parceria da Cevige com as comissões de Direitos Humanos (CDDH) e Diversidade Sexual (CDS). As inscrições são gratuitas e devem ser feitas em <http://intranet.oabpr.org.br/servicos/eventos>. O ciclo será realizado das 18h30 às 22 horas, na sede da OAB Paraná, na Rua Brasilino Moura, 253, no Ahú.

28 JUL 2015

GAZETA DO POVO

Defesa de Odebrecht acusa Moro de fazer “ouvidos de mercador”

Defensores dizem que juiz ignora argumentos. Eles não forneceram explicações sobre mensagens

suspeitas de celular

■ Em documento encaminhado à Justiça Federal na noite desta segunda-feira (27), os advogados do presidente da Odebrecht, Marcelo Bahia Odebrecht, não deram explicações sobre o conteúdo da maior parte das anotações apreendidas no telefone celular do empresário. A defesa do empreiteiro ainda culpa o juiz Sergio Moro por fazer “ouvidos de mercador” [se fazer de surdo] aos argumentos apresentados por Marcelo Odebrecht.

Na semana passada, Moro intimou a defesa a explicar as expressões “trabalhar para/anular (dissidentes PF...)” — uma suposta alusão ao uso de policiais para tumultuar as investigações da Operação Lava Jato. O celular dele ainda tinha descrições como “higienizar apetrechos MF e RA” — suposta referência do empresário a dois executivos do grupo Odebrecht sob investigação e que sugeriria, segundo o juiz, a destruição de provas.

Os advogados dizem que o juiz não esperou os esclarecimentos da defesa para

declarar nova prisão preventiva de Odebrecht com base nas anotações. “Escancarado, desse modo, que a busca da verdade não era nem de longe a finalidade da intimação, a defesa não tem motivos para esclarecer palavras cujo pretensão sentido Vossa Excelência já arbitrou. Inútil falar para quem parece só fazer ouvidos de mercador”, afirma o documento assinado pelos advogados Dora Cavalcanti, Augusto Arruda Botelho e Rafael Tucherman.

A defesa também acusou Ministério Público Federal (MPF) de perseguir Marcelo Odebrecht e a Polícia Federal de adotar a tática de “atirar primeiro e perguntar depois”.

Segundo os advogados, a Polícia Federal (PF) deveria ter pedido informações sobre o significado das anotações ao executivo em vez de ter “cravado significados que gostaria que certos termos e siglas tivessem”.

Nas anotações do celular, a análise da PF relacionou as iniciais LJ à “Lava Jato” e a expressão “ações B” a um plano para tentar atrapalhar as investigações.

Segundo a petição apresentada pela defesa, “ações B” referem-se à auditoria interna da Braskem (petroquímica do grupo Odebrecht) noticiadas pelo colunista

Lauro Jardim, o “LJ”.

“O peticionário deplora, isso sim, o rematado absurdo de se considerar anotações pessoais a si mesmo dirigidas, meras manifestações unilaterais de seu pensamento, como atos efetivamente executados ou ordens de fato passadas”, afirma a defesa. Nas anotações também haveria referências a diversos políticos.

28 JUL 2015

GAZETA DO POVO

MPF coleta assinaturas para projeto anticorrupção

O Ministério Público Federal (MPF) começou a colher nesta segunda-feira (27) assinaturas em apoio a um projeto de lei de iniciativa popular para implantar no país dez medidas para aprimorar a prevenção e o combate à corrupção e à impunidade. As medidas foram concebidas por procuradores federais com base na experiência da Operação Lava Jato. As propostas de mudanças na lei têm por objetivo evitar o desvio de recursos públicos e garantir mais transparência, rapidez e eficiência ao trabalho do Ministério Público e da Justiça.

Para endossar o projeto de lei, o cidadão pode procurar a unidade do MPF mais próxima de sua casa — os endereços podem ser acessados no link <http://bit.ly/1HVVHHS4>. Também é possível imprimir a ficha de adesão em <http://bit.ly/1JLGg6W> para depois entregá-la em uma sede do MPF. Outra opção é enviar a ficha pelo correio para o endereço da força-tarefa da Lava Jato: Procuradoria da República no Paraná, Rua Marechal Deodoro, 933, Centro, CEP 80060-010 — Curitiba-PR. Quem quiser obter mais informações sobre o projeto de lei do MPF pode acessar o site www.10medidas.mpf.mp.br.

AS MEDIDAS

Veja quais são as dez propostas do Ministério Público Federal para fortalecer o combate à corrupção e reduzir a impunidade no país:

1. Tornar crime o enriquecimento ilícito de agentes públicos.
2. Tornar crime o caixa 2 eleitoral e responsabilizar os partidos cujos candidatos cometerem essa prática.
3. Reformar a legislação sobre prescrição de penas, para evitar a impunidade.
4. Mudar as leis para evitar que os recursos judiciais sejam utilizados para atrasar o cumprimento das penas.
5. Criar a possibilidade de decretar prisão preventiva da pessoa suspeita de enriquecer ilícitamente que possa estar gastando o dinheiro público.
6. Criar regras de eficiência para o Ministério Público e para a Justiça, estabelecendo que um processo possa tramitar no máximo dois anos na primeira instância e um ano nas demais instâncias judiciais.
7. Aumentar as penas e tornar crime hediondo a prática de corrupção que envolve altas quantias de dinheiro.
8. Criar regras para dar mais rapidez aos processos de improbidade administrativa.
9. Restringir as possibilidades de a defesa pedir a nulidade de processos.
10. Ampliar as possibilidades de confisco de bens de pessoas que praticaram a corrupção.

28 JUL 2015

GAZETA DO POVO

» PROCURADOR-GERAL

Lava Jato domina debate de candidatos à PGR

BRASÍLIA
Das agências

O combate à corrupção e o enfrentamento de políticos suspeitos de praticarem atos ilícitos, como no caso da Operação Lava Jato, foi o tema central de um debate com candidatos ao cargo de procurador-geral da República nesta segunda-feira (27) no Rio de Janeiro.

Alvo de críticas pela condução da investigação de políticos na Lava Jato, o atual procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que concorre à reeleição, afirmou que os procuradores rebatem provocações institucionais de forma “corajosa, autônoma, independente e responsável” — numa indireta a críticas que recebe de congressistas.

Estão na disputa, além de Janot, os procuradores Carlos Frederico, Mario Bonsaglia e Raquel Dodge. O mandato de Janot vence no dia 17 de setembro. Uma lista tríplice da categoria será fechada no dia 5 de agosto, a partir da votação entre procuradores federais. Os nomes mais votados serão envi-

ados para a presidente Dilma Rousseff definir o escolhido, que então precisa passar por sabatina no Senado.

Há duas semanas, atendendo a pedido de Janot, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou buscas nas casas e escritórios do ex-presidente e senador Fernando Collor (PTB-AL) e outros cinco políticos investigados na Lava Jato, provocando reações no Congresso.

Oposição

No debate, o subprocurador-geral Carlos Frederico criticou indiretamente o que chamou de ações midiáticas patrocinadas por Janot e defendeu que é preciso atirar com “bala de grosso calibre” em políticos investigados para evitar o desgaste das relações entre o Ministério Público e o Congresso. “Isso não quer dizer deixar de fazer seu trabalho, mas não de forma midiática. Isso prejudica as relações institucionais. Denuncie, agilize, densifique o calibre da bala, quando atirar, atire para derrubar. Isso minimiza a tensão das relações institucionais.” Carlos Frederico é um crítico de Janot. Afirma, por exemplo, que o procurador-geral se precipitou ao enviar ao STF pedido para investigar os políticos suspeitos de envolvimento com os desvios da Petrobras, sendo que algumas apurações poderiam ser mais aprofundadas.

28 JUL 2015

GAZETA DO POVO

MENSALÃO

STF autoriza mais dois condenados a passar para o semiaberto

■ O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, autorizou que dois condenados no mensalão passem do regime fechado para o semiaberto: o ex-vice-presidente do Banco Rural José Roberto Salgado e Simone

Vasconcelos, funcionária do operador do esquema Marcos Valério. Os dois já passaram mais de um ano e meio presos. Agora, vão poder trabalhar durante o dia e voltar à prisão à noite. Apesar de o relator do caso ser o ministro Luís Roberto Barroso, a decisão foi de Lewandowski por causa do recesso do Judiciário. Ele acolheu o parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR).

28 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

Encontro debate superlotação nas delegacias

**4º DP registrou fuga em massa no domingo;
64 escaparam e somente 27 foram recapturados**

Viviani Costa

Reportagem Local

Carceragens com quatro vezes mais presos do que a capacidade e policiais civis com acúmulo de função. Estes e outros problemas serão discutidos em uma reunião, marcada para 11 horas de hoje, com representantes da Vara de Execuções Penais, dos distritos policiais de Londrina e do Departamento de Execução Penal (Depen) na 10ª Subdivisão da Polícia Civil em Londrina. O encontro foi marcado após a fuga de 64 presos que estavam na carceragem do 4º Distrito Policial, na Avenida Dez de Dezembro, na zona sul de Londrina. Na noite do último domingo, o único policial civil de plantão foi rendido por quatro detentos que serraram a grade para ter acesso ao pátio. Conforme o delegado-chefe da 10ª SDP, Sebastião Ramos dos Santos Neto, os homens pediram medicamentos. Armado, um deles agrediu o policial a coronhadas.

No momento da fuga, havia 114 detentos dividindo o espaço destinado a 24 homens. Com celas superlotadas, boa parte do grupo ocupava o corredor da carceragem. Os presos invadiram o cartório da unidade

e levaram cinco armas (um revólver calibre 32, uma pistola 9 mm, uma pistola .40, duas espingardas calibre 12 e uma espingarda de pressão), 20 quilos de maconha e um colete à prova de balas. Os materiais faziam parte de investigações conduzidas pelos policiais. Os detentos fugiram a pé, renderam motoristas que passavam pela avenida e roubaram veículos.

Até o final da tarde de ontem, 27 homens haviam sido recapturados e 37 estavam foragidos. Um revólver calibre 38, duas espingardas, o colete à prova de balas e parte da droga foram encontrados pelas equipes da polícia. Segundo o delegado, a arma utilizada para render o policial estaria relacionada à prisão de um rapaz e a apreensão de dois adolescentes realizada no último sábado. "No dia anterior, eles estavam tentando passar celulares e maconha para dentro da cadeia. Antes de serem presos, devem ter colocado a arma para dentro", afirmou.

A arma não foi encontrada mesmo após uma revista feita nas celas. Com o trio, foram apreendidos 14 celulares e 500 gramas de maconha. Mesmo com uma das grades danificadas e uma porta arrombada, os

presos recapturados retornaram para o 4º DP, que deve passar por reforma. O policial ferido recebeu assistência médica.

Há um mês, dois homens que estavam na carceragem do 4º DP tiveram acesso ao pátio por meio de um buraco aberto na parede de uma das celas. Eles conseguiram fugir pelos fundos da unidade que abrigava 115 detentos. Outros três tentaram escapar. Na última semana, detentos do 5º DP, na zona norte de Londrina, ameaçaram explodir uma bomba dentro da carceragem em razão da superlotação. O local com capacidade para 24 presos estava com 120 homens. O material foi recolhido e, conforme o delegado chefe, foi confirmado que se tratava de uma bomba de dinamite. Na ocasião, dez presos foram transferidos para outras unidades e outros dez devem ser realocados nesta semana. No 3º Distrito Policial, na zona oeste da cidade, 30 detentas ocupam as 36 vagas nas celas.

O juiz da Vara de Execuções Penais em Londrina, Katsujo Nakadomari, destacou que 750 presos provisórios estão nas carceragens das delegacias e presídios de Londrina.

CONTINUA

28 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

“Desses 750, 40% são presos provisórios na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) 1. Eles deveriam estar nos distritos, mas, diante da situação, eu sou obrigado a recepcioná-los para que a situação não fique pior do que está hoje”, desabafou. Para Nakadomari, uma das soluções paliativas seria intensificar o uso de tornozeleiras eletrônicas que já beneficiam 350 detentos de Londrina e região.

“Na verdade, nós precisamos de uma Casa de Custódia, de um Cadeião que possa receber de 300 a 400 presos provisórios para resolver o problema de Londrina a médio prazo”, afirmou.

O delegado-geral adjunto da Polícia Civil do Paraná, Naylor Robert de Lima, lamentou a fuga registrada no domingo, mas defendeu que o governo do Estado tem adotado medidas para reduzir o número de presos nas delegacias do Paraná. “Em Curitiba praticamente zera-mos o número de presos em delegacias. A intenção é que isso se estenda para a Região Metropolitana de Curitiba e avance para o interior do Estado. A gente vai tentar achar uma solução imediata em um programa para os presos de Londrina”, explicou. Uma equipe de policiais civis do Centro de Operações Policiais Especiais (Cope) veio a Londrina para auxiliar a busca pelos foragidos e agilizar o andamento dos inquéritos policiais.

NOVO CIT

O pátio do 4º DP vai abrigar o Centro Integrado de Triagem (CIT), hoje em funcionamento na 10ª Subdivisão Policial. As obras começaram há 15 dias e a expectativa é que o novo espaço comece a funcionar em dois meses. Santos Neto negou que a construção feita por detentos do regime semiaberto tenha favorecido a fuga. “São presos que estão trabalhando ali, mas que não teve, de forma nenhuma, nós temos certeza absoluta, que não tem nada a ver com a fuga. Isso é só especulação”, garantiu. A estrutura administrativa do 4º distrito será transferida para outro local e o imóvel atual abrigará a carceragem e o novo CIT destinado aos presos provisórios. Hoje o Centro Integrado de Triagem possui três celas com capacidade para nove detentos. No entanto, o número de presos sempre ultrapassa a capacidade máxima. Os detalhes da obra não foram revelados.

OAB promete ação civil pública

Rafael Souza

Reportagem Local

A Seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) promete entrar, até o final desta semana, com uma ação civil pública contra o governo do Estado e a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp) pela não construção de mais presídios no Norte e no Norte Pioneiro.

Segundo o presidente da Comissão de Estabelecimentos Prisionais da

OAB Londrina, José Carlos Mancini, o dinheiro para bancar as construções já foi liberado pela União, mas as construções ainda não começaram. “Essa ação civil pública objetiva que sejam efetivamente essa construção, até porque ela já foi licitada, já tem projeto e tudo, é só fazer andar”, cobrou.

De acordo com levantamento realizado pela comissão, realizado em abril do ano passado, o déficit em presídios do Norte e do Norte Pioneiro é de pouco mais de 900 vagas. “Fizemos esse levantamento em todos os distritos da nossa jurisdição e constatamos 908 presos em delegacias. Existem projetos de extensão da Casa de Custódia, de construção da cadeia pública e de um centro de triagem, que nos daria mais 900 vagas, coincidentemente o mesmo número que identificamos no levantamento de presos em delegacias”, comentou. “O grande câncer social são os presos em delegacias. É um problema social”, citou o advogado.

A ação prevê inclusive uma multa diária perto de R\$ 10 mil enquanto o pedido não seja atendido. Segundo Mancini, a ação civil pública já estava planejada antes mesmo da fuga em massa do 4º Distrito Policial, na noite de domingo.

A Paraná Edificações, responsável pela fiscalização e contratação das empresas executoras das obras, informou que os projetos para ampliação do número de vagas passam por readequações, mas não deu prazo para início das obras.

28 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

MPF 'costura' novos acordos na Lava Jato

Investigadores confirmam pelo menos mais três colaborações premiadas com envolvidos no desvio de recursos públicos da Petrobras

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba – A cada nova notícia de que mais um acordo de colaboração premiada está para ser fechado com os procuradores da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) que atuam na Operação Lava Jato, os corredores dos prédios políticos em Brasília e, até mesmo em alguns outros estados, ficam em polvorosa. E a preocupação de muitos se justifica.

Os investigadores confirmam que pelo menos mais três delações já estão em andamento, chegando a 22 o número total de acordos celebrados até agora dentro da apuração sobre o megasquema de desvio de recursos públicos da Petrobras. A informação foi repassada na última sexta-feira, durante a apresentação das denúncias contra os executivos da Odebrecht e da Andrade Gutierrez. No entanto, estas delações correm em sigilo e, por isso, os nomes dos novos colaboradores ainda não foi revelado.

Mesmo sendo um artifício questionado por grande parte das defesas dos envolvidos na Lava Jato, os acordos de colaboração seguem sendo uma ferramenta eficaz para identificar o caminho da propina paga para agentes públicos e, posteriormente a

políticos. Segundo os procuradores, as declarações dos colaboradores precisam ser corroboradas com provas para serem validadas.

“Não é somente a delação. Sobre a relação do operador Fernando Soares com o presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo, por exemplo, temos evidências materiais concretas. São anotações de agendas e outras provas já listadas que apontam as negociações entre os dois”, afirmou o procurador Paulo Roberto Galvão.

Tanto o doleiro Alberto Youssef, quanto o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, já haviam citado em seus depoimentos a participação das duas maiores empreiteiras do País no esquema de corrupção, entretanto, com os documentos enviados pelas autoridades suíças, as provas se acumularam e foi possível oferecer as denúncias contra os executivos da Andrade Gutierrez e Odebrecht.

“Já tínhamos provas consistentes e as informações da Suíça apenas confirmam a convicção muito firme que já tínhamos. Não temos a menor dúvida do envolvimento das duas empresas (Andrade Gutierrez e Odebrecht) e de seus executivos na prática dos crimes”, reforçou o procurador Deltan Dallagnol.

O MPF confirma oficialmente somente 16 acordos de colaboração: Paulo Roberto Costa (ex-diretor da Petrobras), Shanni Azevedo Costa Bachmann (filha de Costa), Marici da Silva Azevedo Costa (esposa de Costa), Marcio Lewkowicz (genro de Costa), Humberto Sampaio de Mesquita (genro de Costa), Arianne Azevedo Costa Bachmann (filha de Costa), Luccas Pace Jr. (operador e subordinado da doleira Nelma Kodama), Alberto Youssef (doleiro), Júlio Almeida Camargo (empresário e ex-representante da Toyo Setal), Augusto Ribeiro de Mendonça Neto (empresário e diretor-presidente da Toyo Setal), Pedro Barusco (ex-gerente da Petrobras), Shinko Nakandakari (operador), Rafael Ângulo Lopez (subordinado de Youssef), Eduardo Hermelino Leite (vice-presidente da Camargo Corrêa), Dalton dos Santos Avancini (presidente da Camargo Corrêa) e João Procópio Junqueira Prado (“testa-de-ferro” de Youssef). Mas também já estão fechadas as colaborações de Ricardo Pessoa (presidente da UTC Engenharia), Julio Faermann (representante da SBM Offshore, construtora de navios) e Milton Pascowitch (operador).

CONTINUA

28 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

VALOR PROBATÓRIO

O procedimento de colaboração também é defendido pelo juiz federal Sérgio Moro, que está à frente dos processos da Lava Jato. Na sentença proferida na última semana em que condenou os executivos da empresa Camargo Corrêa, o magistrado ressaltou que “ainda que o colaborador seja um criminoso profissional e mesmo que tenha descumprido acordo anterior, como é o caso de Alberto Youssef, se as declarações que prestou soarem verazes e encontrarem corroboração em provas independentes, é evidente que remanesce o valor probatório do conjunto”.

De acordo com o juiz, sem o recurso da colaboração premiada diversos crimes complexos permaneceriam sem elucidação e prova possível. “Quem, em geral, vem criticando a colaboração premiada é, aparentemente, favorável à regra do silêncio, a omertà (palavra italiana que significa conspiração) das organizações criminosas, isso sim reprovável”, ressaltou.

28 JUL 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Mensaleiros passam para o semiaberto

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, autorizou na última sexta-feira os condenados no mensalão Simone Vasconcelos e José Roberto Salgado a cumprir pena no regime semiaberto. Lewandowski acolheu parecer favorável da Procuradoria-Geral da República para a progressão do regime prisional nos dois casos. O parecer de Simone é do dia 8 de julho e o do Salgado, do dia 14. A ex-diretora da SMP & B e o ex-vice-presidente do Banco Rural estavam cumprindo pena no regime fechado. O semiaberto consiste em saída da carceragem para trabalhar durante o dia, mas volta à noite para dormir.

BERNARDO MELLO FRANCO

O procurador na igreja

BRASÍLIA - Aos 35 anos, o procurador paranaense Deltan Dallagnol é um dos principais personagens da Operação Lava Jato. Nesta segunda, ele falou sobre o petrolão em um ambiente diferente: uma igreja batista na Tijuca, zona norte do Rio.

Cerca de 200 pessoas lotavam o lugar para ouvi-lo, entre fiéis e pastores evangélicos. Antes de falar, o procurador, que tem mestrado em Harvard, foi apresentado como “servo” e “irmão”. De terno e gravata, discursou do púlpito, citou passagens da Bíblia e afirmou acreditar que Deus colabora com a Lava Jato.

“Dentro da minha cosmovisão cristã, eu acredito que existe uma janela de oportunidade que Deus está dando para mudanças”, disse.

“Amém”, respondeu a plateia.

“É isso aí. Deus está respondendo”, devolveu Dallagnol.

O procurador pediu apoio a uma campanha do Ministério Público Federal para endurecer leis contra a corrupção. Em tom pastoral, ele comparou a tarefa dos investigadores ao

papel de Neemias, personagem do Antigo Testamento que reconstrói os muros de sua cidade.

“Neemias agiu. Se nós queremos mudar o sistema, precisamos continuar orando, agir e apoiar medidas contra a corrupção”, disse. “O cristão é aquele que acredita em mudanças quando ninguém mais acredita. Nós acreditamos porque vivemos na expectativa do poder de Deus.”

Muito aplaudido, ele posou para dezenas de fotos e participou de uma oração ao fim da palestra.

Dallagnol pediu que os fiéis sigam no Facebook a página “Mude - Chega de corrupção”, organizada pelo líder de sua igreja em Curitiba, pastor Marcos Paulo Ferreira. O religioso anunciou um calendário de mobilizações, incluindo uma “pregação contra a corrupção” em 16 de agosto, dia das manifestações antiDilma.

Dallagnol disse à coluna que não tomará partido dos protestos. “Não somos contra nem a favor do impeachment. A gente não se manifesta sobre isso”, afirmou.

Punição para corruptos é ‘piada de mau gosto’, diz procurador

Coordenador da Lava Jato divulga proposta para endurecer leis

O coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, Deltan Dallagnol, afirmou nesta segunda (27) que a punição prevista na legislação brasileira para corrupção “é uma piada de mau gosto”.

A declaração ocorreu durante apresentação, em uma igreja batista do Rio, de proposta de mudança nas leis elaborada pelo Ministério Público, intitulada “Dez medidas para combater a corrupção”.

O aumento da pena mínima de dois para quatro anos e a tipificação de corrupção como crime hediondo estão entre as propostas, que serão levadas ao Congresso caso

sejam endossadas por 1,5 milhão de eleitores.

Para Dallagnol, a legislação atual, com punições que variam entre dois e 12 anos de prisão, facilita o cumprimento da pena em regime aberto.

“Parece uma pena alta. Mas a dosimetria de penas no Brasil, tradicionalmente, faz com que fique perto da pena mínima. Essa pena não vai ultrapassar quatro anos. É uma pena que não ultrapasse quatro anos e seja executada em regime aberto”, afirmou.

O Ministério Público propõe o aumento da pena mínima para quatro anos, reduzindo as chances de que ela seja cumprida em regime aberto. “A corrupção tem que

ser um crime de alto risco. Hoje, é de baixo risco”, disse o procurador.

A proposta também transforma em crime hediondo casos de corrupção com valores acima de R\$ 8 milhões e cria os crimes de caixa 2 eleitoral e enriquecimento ilícito.

Para angariar as assinaturas, Dallagnol tem feito apresentações pelo Brasil. A meta é levantar ao menos 500 mil firmas até 2 de setembro.

“Estamos vivendo uma janela de oportunidade para mudar o país”, afirmou o procurador, que não quis falar especificamente sobre a Operação Lava Jato.

As propostas também foram apresentadas para procuradores e empregados do Ministério Público Federal no Rio. (NICOLA PAMPLONA)

28 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria responde críticas de forma corajosa, afirma Janot

Em debate com candidatos à vaga de procurador-geral, ele ouviu críticas sobre a Lava Jato

No dia 5 de agosto categoria fechará lista tríplice; nomes mais votados serão submetidos a Dilma

Alvo de críticas pela condução da investigação de políticos na Operação Lava Jato, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou nesta segunda-feira (27) que os procuradores rebatem provocações institucionais de forma "corajosa, autônoma, independente e responsável".

"Se estamos nas luzes da ribalta, isso importa para que tenhamos em nós a consciência da responsabilidade do momento histórico das respostas dadas ao Ministério Público", disse Janot, durante debate com candidatos ao cargo de procurador-geral da República.

Estão na disputa, além de Janot, os procuradores Carlos Frederico, Mario Bonsaglia e Raquel Dodge.

O mandato de Janot vence no dia 17 de setembro. Uma lista tríplice da categoria será fechada no dia 5 de agosto. Os nomes mais votados serão enviados para a presidente Dilma Rousseff definir o escolhido, que então precisa passar por sabatina no Senado.

Há duas semanas, atendendo a pedido de Janot, o STF (Supremo Tribunal Federal) autorizou buscas nas casas e escritórios do ex-presidente e senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL) e outros cinco políticos investigados na Lava Jato, provocando fortes reações no Congresso. A ação fez surgir nos bastidores ameaças de que uma eventual continuidade de Janot pode ser barrada ou dificultada pelos congressistas.

OPosição

No debate, o subprocurador-geral Carlos Frederico criticou indiretamente o que chamou de ações midiáticas patrocinadas por Janot e defendeu que é preciso atirar com "bala de grosso calibre" em políticos investigados para evitar o desgaste das relações entre o Ministério Público e o Congresso.

"Isso não quer dizer deixar de fazer seu trabalho, mas não de forma midiática. Isso prejudica as relações institucionais. Denuncie, agilize, densifique o calibre da bala, quando atirar, atire para derubar. Isso minimiza a tensão das relações institucionais."

Carlos Frederico é um crítico de Janot. Afirma, por

exemplo, que o procurador-geral se precipitou ao enviar ao STF pedido para investigar os políticos suspeitos de envolvimento com os desvios da Petrobras, sendo que algumas apurações poderiam ser mais aprofundadas.

Principal investigação criminal em andamento no país, a Operação Lava Jato tem contaminado o início da disputa pelo comando do Ministério Público Federal.

Além das críticas a Janot, Carlos Frederico chegou a enviar uma mensagem interna aos colegas para rebater boatos de que teria ligações com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), um dos políticos investigados na Lava Jato. A relação foi levantada porque ele ocupou a Secretaria-geral do Ministério Público Federal na gestão do ex-procurador-geral Antonio Fernando de Souza, hoje advogado de Cunha.

O debate desta segunda teve forte ênfase em torno questões corporativas, internas, principalmente de valorização salarial. (MÁRCIO FALCÃO)

CONTINUA

28 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“ Se estamos nas luzes da ribalta, que tenhamos em nós a consciência da responsabilidade do momento histórico das respostas dadas ao Ministério Público

RODRIGO JANOT
procurador-geral da República

“ [Tem de se evitar] o desgaste entre os Poderes. Isso não quer dizer deixar de fazer seu trabalho, mas não de forma midiática. Só atire quando tiver bala de grosso calibre

CARLOS FREDERICO
subprocurador-geral da República

FOLHA DE S. PAULO

Procurador diz que agirá em respeito à Constituição

28 JUL 2015

Santiago pode assumir
comando da Lava Jato

O subprocurador-geral da República Eitel Santiago de Brito Pereira diz que, se assumir interinamente o cargo de procurador-geral da República, conduzirá a Operação Lava Jato “respeitando a Constituição e as leis vigentes”.

“Essa tem sido a minha conduta ao longo de mais de trinta anos”, afirmou o vice-presidente do Conselho Nacional do Ministério Público.

Reportagem publicada na **Folha** no domingo (26) revelou que Santiago poderá ocupar provisoriamente o lugar do procurador-geral Rodrigo Janot caso Dilma Rousseff e o Senado não indiquem até 17 de setembro um nome para comandar o Ministério Público Federal no próximo biênio.

Atribui-se ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), investigado na Lava Jato, a estratégia de retardar uma eventual recondução de Janot ao cargo.

Santiago disse que não foi procurado por Calheiros e pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). “Não mantenho relações com os dois”, afirmou, em resposta às perguntas enviadas pela **Folha** na sexta (24). Ele respondeu às 23h do domingo.

O procurador atribuiu seu insucesso em disputas anteriores pelo comando do Ministério Público à falta de apoio à sua candidatura pelos chefes do órgão à época

(FREDERICO VASCONCELOS)

28 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Dois condenados no mensalão passam para regime semiaberto

DE BRASÍLIA - O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ricardo Lewandowski, autorizou os condenados no mensalão Simone Vasconcelos e José Roberto Salgado a cumprir pena no regime semiaberto.

A ex-diretora da SMP&B e o ex-vice-presidente do Banco Rural cumpriam pena em regime fechado. No semiaberto, podem sair da carceragem para trabalhar durante o dia, mas voltam para dormir.

Simone foi condenada por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e evasão de divisas e a uma pena de 12 anos, sete meses e 20 dias de prisão, além pagar multa de R\$ 374 mil.

Para o advogado Leonardo Isaac Yarochevsky, que defende Simone, a decisão é só um direito da sua cliente. Ele disse que o maior desejo de Simone é ver o neto que nasceu quando ela estava presa.

A defesa da ex-funcionária de Marcos Valério, operador do mensalão, alegou bom comportamento carcerário para obter a progressão de regime.

José Roberto Salgado foi condenado a 16 anos e 8 meses de prisão e multa de R\$ 926 mil por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, gestão fraudulenta de instituição financeira e evasão de divisas.

Salgado também alegou bom comportamento para pedir a progressão do regime fechado para o semiaberto. A reportagem não conseguiu contato com sua defesa.

28 JUL 2015

FOLHA DE S. PAULO

Tribunal de Justiça confirma aval a ciclovias em SP

DE SÃO PAULO - O Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou decisão que dá respaldo à criação das ciclovias na capital paulista pela gestão do prefeito Fernando Haddad (PT).

O órgão já havia barrado liminar obtida em primeira instância pela promotora Camila Magalhães da Silveira, que queria parar a construção de vias para bicicleta na cidade.

Ao julgar o mérito do recurso impetrado pela prefeitura, o desembargador Marcos Tamassia disse que a implantação das ciclovias “não está sendo feita a esmo e sem qualquer estudo, como quer fazer parecer o Ministério Público”.

Tamassia disse ainda que a prefeitura foi eleita para “exercer as opções de políticas públicas”, incluindo transporte.

MÔNICA BERGAMO

O ENIGMA DE BEATRIZ

A advogada Beatriz Catá Preta, que conduziu nove das 12 delações premiadas da Operação Lava Jato, diz que dará “em breve” declaração sobre sua saída repentina do Brasil, deixando para trás todos os clientes que até então representava. Ela decidiu viver em Miami e já postou mensagens enigmáticas em sua página no Facebook.

28 JUL 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Nova Laranjeiras

Justiça bloqueia bens de vereadores

Atendendo pedido do Ministério Público do Paraná, a Vara Cível de Laranjeiras do Sul, no Centro-Sul paranaense, determinou o bloqueio de bens de seis pessoas por ato de improbidade administrativa. Segundo o MP-PR, três vereadores (dois deles ex-presidentes) e três servidores

receberam diárias irregulares da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Laranjeiras.

As irregularidades foram apuradas em investigações da 1ª Promotoria de Justiça de Laranjeiras do Sul e resultaram no ajuizamento de seis ações contra cada um dos acusados. Segundo o MP-

PR, as diárias irregulares foram pagas entre os anos de 2013 e 2014, totalizando R\$ 83 mil. Entre os problemas identificados está a falta de comprovação de despesas. Além das ações por improbidade administrativa, foram apresentadas denúncias criminais contra os seis réus. ●

Ex-prefeitos terão que devolver R\$ 880 mil

A 3ª Promotoria de Justiça de Cornélio Procopio e o Núcleo Regional de Proteção ao Patrimônio Público do Norte Pioneiro, sediado em Santo Antônio da Platina, ajuizaram ação civil pública de ressarcimento de danos contra dois ex-prefeitos (gestões 1993-1996 e 1997-2004) e um ex-secretário municipal de Sertaneja. A ação trata da contratação irregular de serviços de atendimento odontológico à população do município, em valores que, atualizados, chegam a R\$ 886.766,84.

Segundo investigações do Ministério Público, o contrato foi feito de forma direta e sem licitação com um dentista que já era servidor público, ocupando o cargo de dentista do município. Mesmo assim, sua empresa particular foi contratada pela prefeitura para prestar serviços de odontologia e ele recebia duplamente, como servidor e proprietário de empresa contratada para fazer trabalho semelhante ao que lhe era exigido como servidor público. ●

28 JUL 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Janot recorre ao Supremo contra prioridade para CPIs

Procurador diz que lei é uma forma de controlar atividades do MP

Divulgação



O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para anular uma lei que obriga o Ministério Público a priorizar investigações iniciadas por comissões parlamentares de inquérito (CPIs). Na ação, Janot alega que a Lei 10.001/2000 é uma forma de controlar as atividades do Ministério Público. A norma definiu os procedimentos a serem adotados pelo órgão para dar andamento às conclusões das CPIs.

A ação direta de inconstitucionalidade foi encaminhada para a ministra Cármen Lúcia, que deve analisar o caso a partir da semana que vem, quando termina o período de recesso no STF. Caso a ministra concorde com os argumentos apresentados por Janot, a decisão favorável terá aplicação imediata e poderá afetar a CPI da Petrobras, aberta na Câmara dos Deputados para investigar desvios na estatal.

De acordo com Janot, as atividades do Ministério Público não podem ficar subordinadas às CPIs. "Os poderes de CPIs não se sobrepõem às competências do Ministério Público e do Judiciário, cujas funções são delimitadas constitucionalmente, e não se admite que possam sofrer ingerências de outros Poderes", argumenta o procurador-geral. ■



■ "Os poderes de CPIs não se sobrepõem às competências do Ministério Público e do Judiciário"

28 JUL 2015

Processos **BEMPARANÁ**

Mediação pode resolver 60% dos casos

A sanção presidencial da chamada Lei da Mediação, no último mês de junho, regulamentou o procedimento da mediação judicial e extrajudicial como uma forma para a resolução consensual de conflitos. A legislação abre espaço para que os cartórios colaborem com a quebra da cultura de litigiosidade brasileira e possam promover a busca por soluções consensuais em competências antes exclusivas ao Poder Judiciário. A lei, de número 13.140, entra em vigor 180 dias após a publicação.

De acordo com a Secretaria da Reforma do Judiciário (SRJ), do Ministério da Justiça, do total de processos que transcorrem hoje nos tribunais, 80% estão em judiciários estaduais e 60% seriam passíveis de mediação. Para o advogado especialista e membro da Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná (Arbitac), Henrique Gomm, a sanção da lei é importante, mas não deve ser vista apenas como um filtro do congestionamento do Poder Judiciário.

Nesse sentido, a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR) possui convênio com a Arbitac para que a mediação possa ser realizada em instalações adequadas e conduzidas por profissionais habilitados e experientes. O presidente da Anoreg-PR, Robert Jonczyk, ressalta, porém, que a capacitação dos notários e registradores será fundamental para que o serviço seja prestado com qualidade à população. "A lei determina capacitação ao mediador para que possa realizar a condução do processo de mediação. A qualidade do serviço será fundamental para que os cartórios possam expandir seus serviços na promoção da busca por soluções consensuais", analisa o dirigente.

"O procedimento da mediação deve ser entendido como uma política pública de tratamento adequado de pacificação social, solução e prevenção de conflitos. É algo que vai além da excessiva judicialização dos processos," analisa o especialista.

Bloqueio

A Justiça determinou o bloqueio de bens de seis pessoas por impropriedade administrativa em Laranjeiras do Sul (Centro-Oeste). São três vereadores, dois deles ex-presidentes e três servidores acusados pelo Ministério Público de receberam diárias irregulares da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Laranjeiras. Segundo o MP, as diárias irregulares foram pagas entre os anos de 2013 e 2014, totalizando R\$ 83 mil. Entre os problemas identificados está a falta de comprovação de despesas.